

Município de Mogadouro

Câmara Municipal

Relatório de Gestão

do ano de 2009

APROVAÇÕES

<i>Câmara Municipal</i> Em ____ de _____ de 2010	<i>Assembleia Municipal</i> Em ____ de _____ de 2010
---	---

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2009

De acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º. Da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que estabelece como competência da Câmara Municipal no âmbito do planeamento e desenvolvimento, "elaborar e aprovar o relatório de actividades e os documentos de Prestação de Contas a submeter à apreciação do órgão deliberativo", tendo em vista o controlo político por parte da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 53 da citada Lei, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos Órgãos da tutela da Administração Pública Central. Imposição também disposta no n.º 1 do artigo 47.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro.

O POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei 54-A/99 refere como documentos de Prestação de contas das autarquias locais que as remetem ao Tribunal de Contas o Balanço; a Demonstração de Resultados; os Mapas de Execução Orçamental; os Anexos às Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão. Estabelece também que o Relatório de Gestão deve contemplar a situação económica e financeira da autarquia local, a evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo, proposta da aplicação dos resultados para além de outros factos relevantes ocorridos no exercício.

Este relatório faculta aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências para uma melhor compreensão e avaliação do seu conteúdo.

O orçamento municipal de 2009, cujo valor corrigido se fixou em 25.023.473,34 € reflecte ao nível da sua execução, um valor percentual superior a 57%.

De forma global podemos referir que a receita cobrada líquida foi executada em 57,55%, ascendendo ao montante de 14.401.873,06 € e a receita cobrada bruta foi executada em 57,59%, cifrando-se em 14.411.849,33€. Para este valor concorrem as receitas correntes com 8.111.146,46 € e as receitas de capital com 6.300.702,87€.

A despesa paga, apresenta valores de execução de 57% e 14.380.500,97 € em termos absolutos, desagregada em 8.005.543,88 € de origem corrente e 6.374.957,09 € de capital.

Comparativamente ao ano de 2008, registou-se um aumento de 1.904.565,31 € na Receita e de 1.890.238,29 € na despesa.

O acréscimo da receita global, relativamente ao ano anterior, teve como principal factor de crescimento as transferências de capital designadamente os Fundos Comunitários do III Quadro Comunitário de Apoio, valor canalizado na sua maioria para o Investimento, registando-se também um aumento considerável na aquisição de bens e serviços.

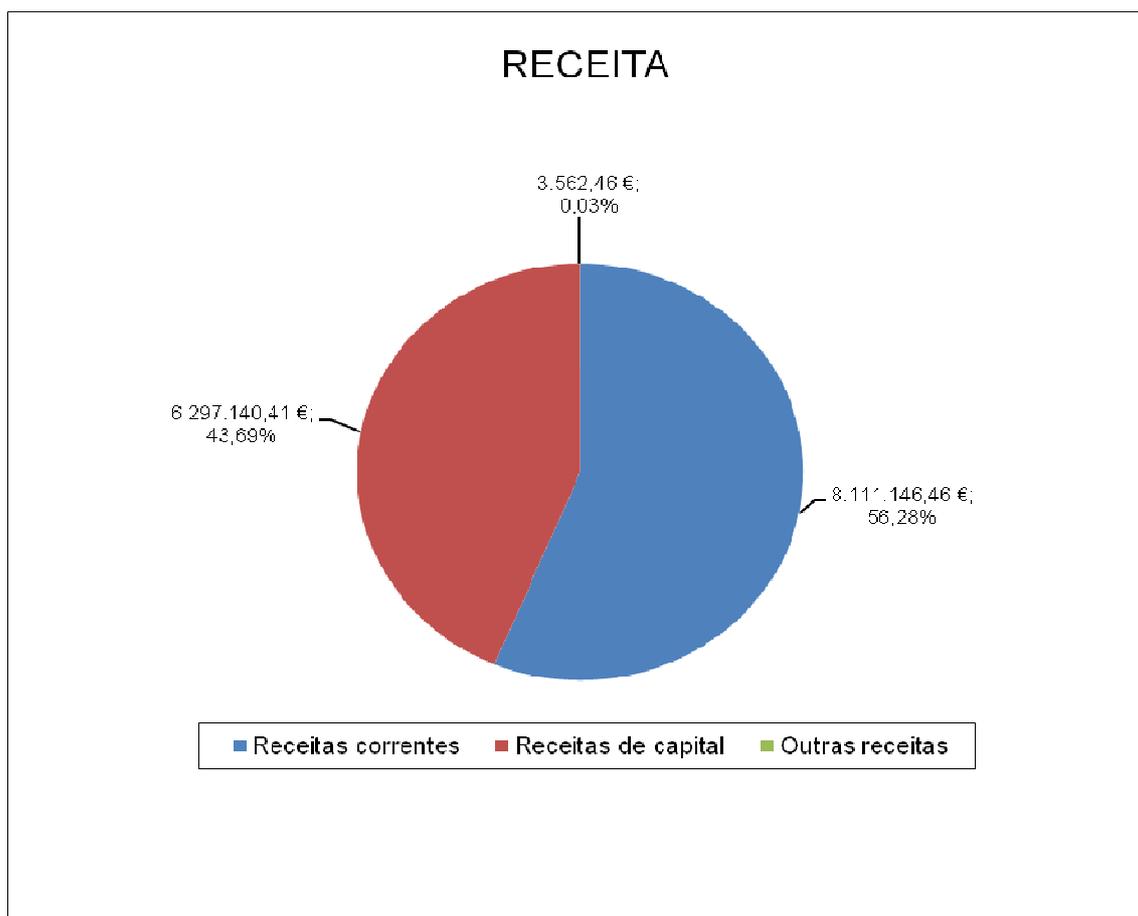
Assim a arrecadação de receitas correntes durante o ano de 2009, cifrou-se no valor total de 8.111.146,46 €, representando uma execução de 83,6%, da qual resulta um aumento de apenas 27.787,02 € em relação ao ano anterior. Por outro lado, as despesas correntes com um valor total de 8.005.543,88 € e 82,6% de execução, tiveram um crescimento de 547.777,10 €. Comparativamente ao ano anterior, constata-se que as despesas de pessoal caíram cerca de 9.000,00 €, a aquisição de bens e serviços aumentaram mais de 750.000,00 €, os juros bancários diminuíram perto de 110.000,00 € e as transferências correntes baixaram cerca de 90.000,00 €. De realçar que o aumento gradual da aquisição de bens e serviços resulta da reclassificação de despesas anteriormente classificadas como despesas de capital, designadamente a realização de obras por administração directa que passaram a ser despesas correntes.

Relativamente aos impostos municipais, contrariamente ao ano anterior verificamos um aumento de cerca de 70.000,00 €, no entanto registou-se uma quebra acentuada nos rendimentos de propriedade e na venda de bens e serviços correntes com um valor conjunto na ordem dos 220.000,00 €, sendo que no primeiro caso resulta do facto do último trimestre de rendas da EDP, apenas ser contabilizado já no decorrer do ano em curso e no segundo caso a diminuição das receitas com a cobrança de água foi a responsável pela diferença de valores. O valor global das receitas correntes deveria ser superior, na medida em que cada vez mais, estas são o garante da execução orçamental, pois o acesso às receitas de capital designadamente os Fundos Comunitários e apesar da entrada em vigor do QREN estão limitados no tempo, para além da não existência de património para venda e às limitações ao endividamento imposto pela administração central. Aproxima-se a fase em que será necessário proceder-se ao recebimento de compensações equivalentes ao custo com o fornecimento do bem ou serviço prestado pela autarquia, de forma a minimizar as diferenças como hoje acontece.

É de salientar a importância que os fundos comunitários tiveram na execução orçamental de 2009. Pois o valor de 1.629.406,00 € recebido relativamente ainda ao III Quadro Comunitário de Apoio, numa altura em que ainda não foi recebida qualquer importância do QREN, muito superior ao

recebido em 2008, contribuiu para a concretização de alguns projectos de investimento relevante como vem acontecendo ao longo dos últimos anos. Pois o investimento realizado de alguns anos a esta parte, denota de forma evidente, um período histórico de modernização e qualificação urbana, tornando o concelho muito mais atractivo para viver.

Gráfico das Receitas: Total - 14.380.500,97 €

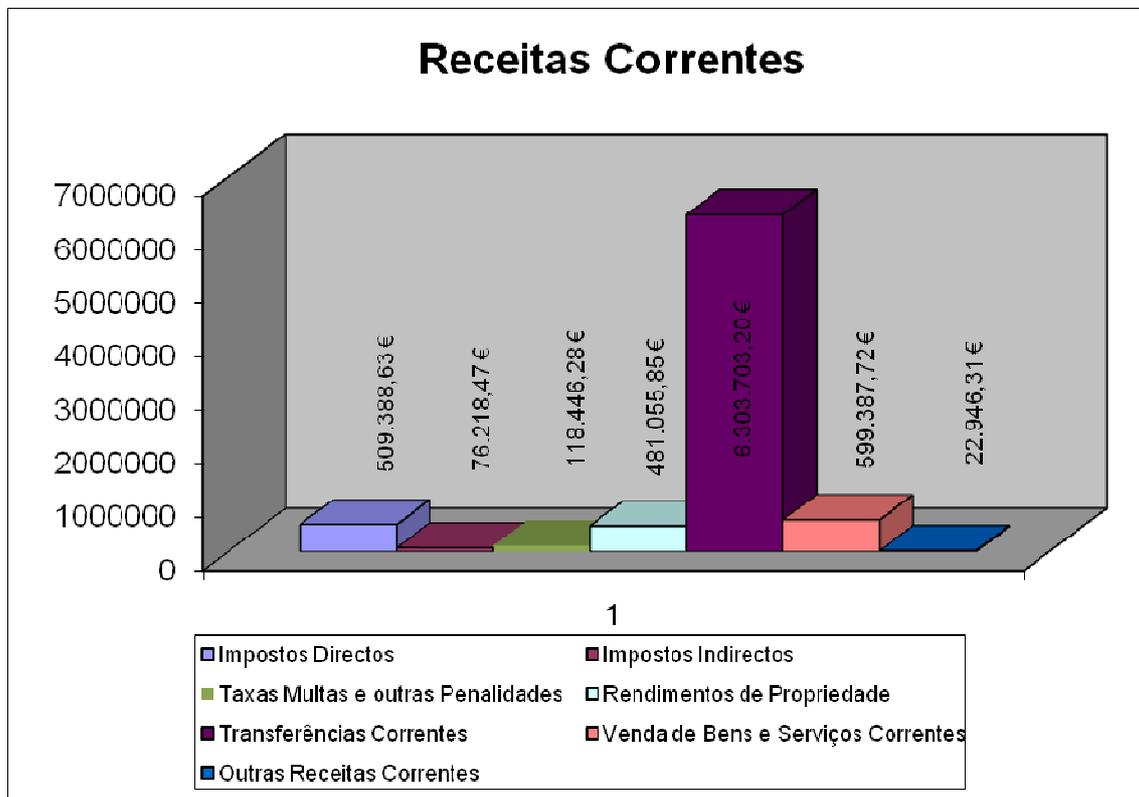


A rubrica com maior peso na arrecadação de receitas correntes como já vem sendo hábito é a das transferências correntes com 6.303.703,20 € dos quais 5.779.941,00€ são de Fundos Municipais, que por si só representa 40,10% do total geral das receitas. Os impostos directos com 509.388,63€ representam 3,53 %, a venda de bens e serviços correntes com 599.387,72€, representam 4,15% e os rendimentos de propriedade com 481.055,85 € e 3,33 % das receitas totais, são as que têm alguma relevância, pois o conjunto dos impostos indirectos (76.218,47 €), as taxas, multas e

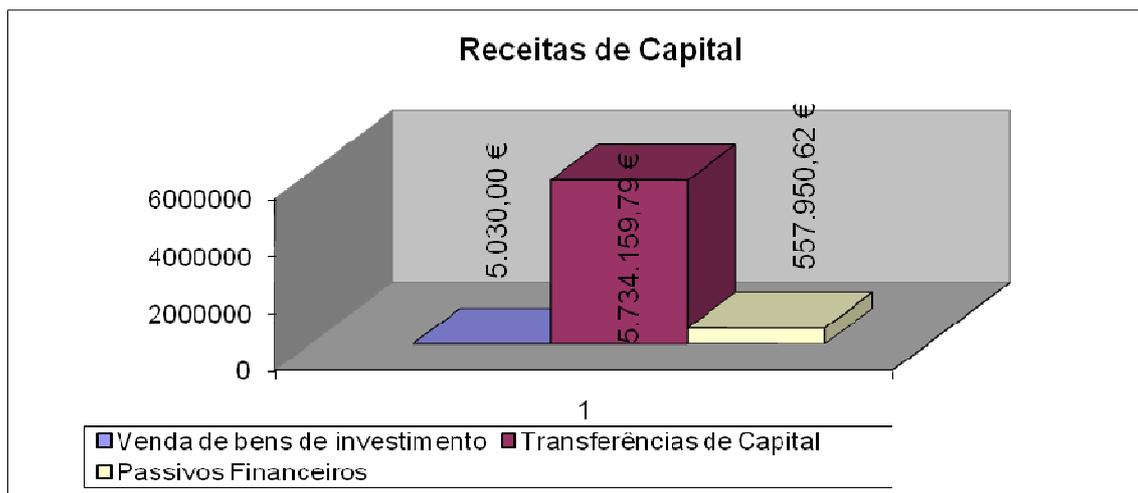
outras penalidades (118.446,28 €) e as outras receitas correntes (22.946,31 €) apenas representam 1,50% do total geral das Receitas.

Veja-se o gráfico.

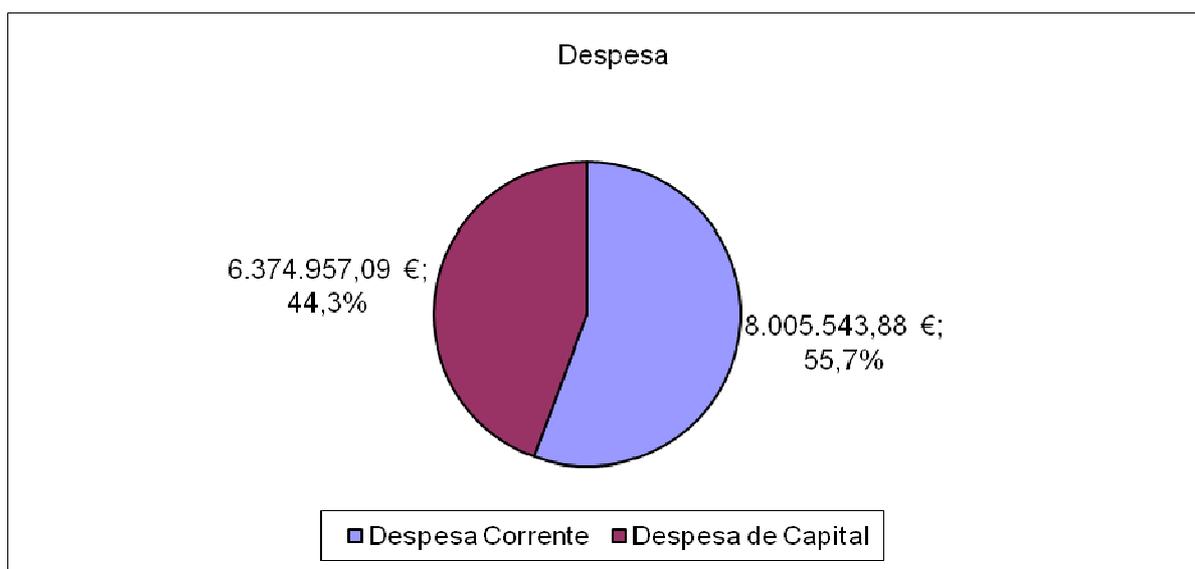
Receitas Correntes - 8.111.146,46 €



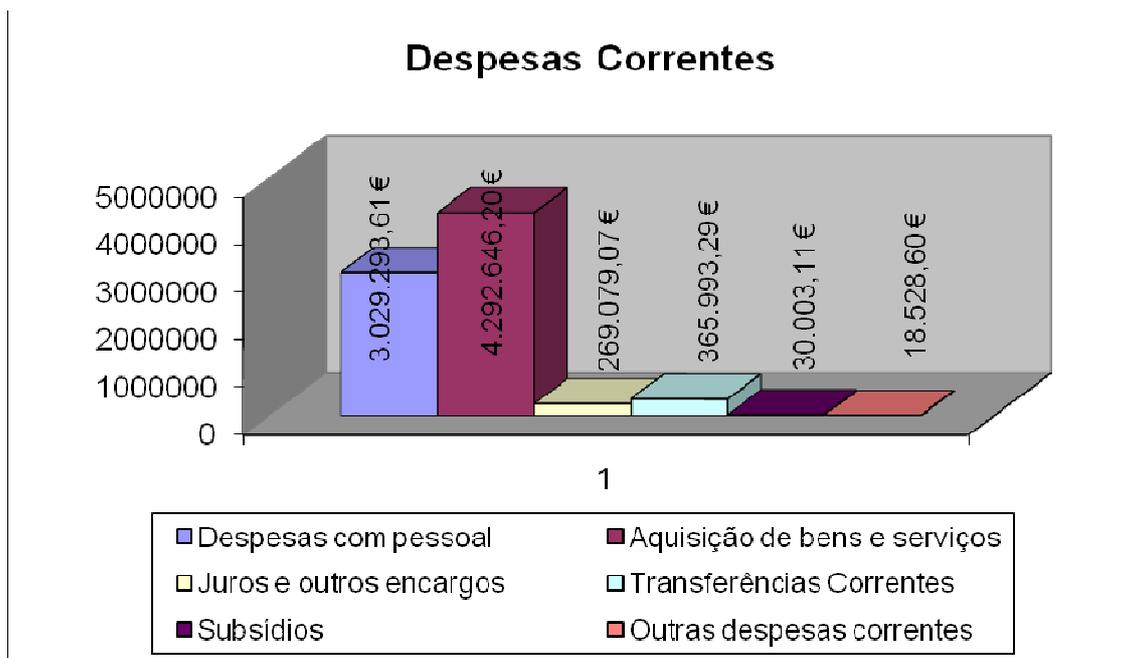
As receitas de capital traduzem um tipo de rendimentos limitados no tempo, que contribuem para fazer face a despesas de capital. O núcleo essencial das Receitas de Capital é constituído por "Transferências de Capital" e "Passivos Financeiros", tendo estas, registado em 2009 o valor total de 6.297.140,41 €, valor superior ao registado no ano anterior, com um acréscimo de 1.884.281,60 €, verificado como já foi dito nas receitas provenientes das transferências de capital em 1.584.314,03 € e nos passivos financeiros em 306.006,32€, apresentando no final do ano os valores constantes do gráfico. Do valor global das Receitas de capital 57,68% correspondem aos Fundos Municipais e 28,10 % aos Fundos Comunitários, cabendo á rubrica da venda de bens de investimento apenas o valor de 5.030,00€.



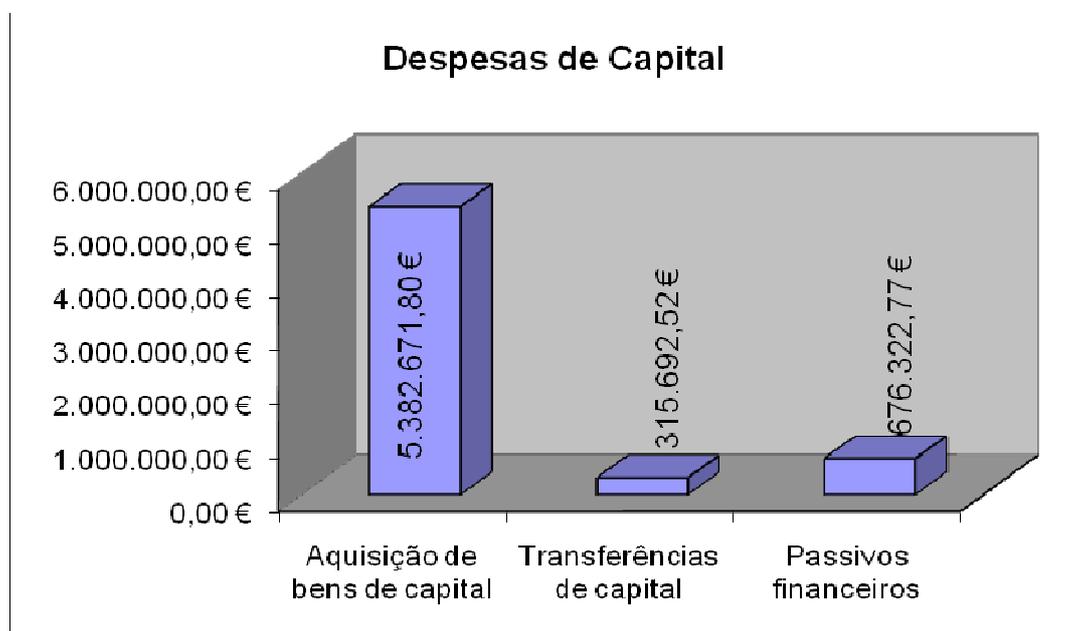
No que diz respeito às despesas, as de capital são inferiores às correntes em 1.630.56,79 €, correspondendo as primeiras a 55,7% e as segundas a 44,3 % apresentando um total de 14.380.500,97 €, conforme o gráfico.



Para os valores indicados e no que diz respeito às despesas correntes, a aquisição de serviços regista o maior valor com 4.292.646,20 € e 29,9% do total das Despesas, seguem-se as despesas com pessoal no valor de 3.029.293,61 € que correspondem a 21,1% do total, cabendo ao conjunto das outras rubricas o valor total de 683.604,07 € e apenas 4,7% das despesas como o demonstra o gráfico seguinte.



Para as Despesas de Capital, no valor de 6.374.957,09 € e 44,3%, do total, contribuíram a aquisição de bens de capital traduzida em 37,43% do total das despesas, e as transferências de capital e passivos financeiros com 315.962,52 € e 676.322,77 € respectivamente a representarem 2,19% e 4,7%, conforme o gráfico que se segue.



No que respeita ao Plano Plurianual de Investimentos, adiante designado por PPI, a percentagem de execução foi de 39,95%, no montante de 5.716.979,10 €, significando que contraria a tendência dos últimos dois anos em que o valor baixou. Também a percentagem de execução foi muito

superior à do ano anterior. Apresenta-se em seguida o mapa de investimentos dos últimos 4 anos.

Investimentos de 2006 a 2009 em Euros

2006	2007	2008	2009	TOTAL
8.813.309,38	5.905.786,59	4.205.593,22	5.716.979,10	24.641.668,29

Em matéria de classificação funcional e no que respeita ao conjunto do PPI e do Plano de Actividades Municipais, as funções gerais com 580.453,44€, assumiram 7,04% da realização geral; as funções sociais com 3.033.098,40 € representam 36,77%, as funções económicas com 3.194.570,66 € traduzidas em 38,72% e as outras funções 1.442.081,17 € com 17,47 %.

Com uma taxa de execução de 46,28 %, as Grandes Opções do Plano de 2009, atingiram o valor absoluto de 8.250.203,67 € dos quais 5.716.979,10 € referem-se ao PPI e 2.533.224,57 € ao conjunto de acções consideradas como relevantes e cuja despesa não é considerada de investimento. Conforme se pode verificar através da leitura dos valores desagregados no quadro seguinte, as funções económicas representam a maior fatia do bolo com especial incidência nos transportes e comunicações, onde se investiram 2.993.807,41 € na construção e/ou reparação de estradas municipais.

A segunda maior fatia diz respeito às funções sociais de onde se destacam os valores relativos ao ordenamento do território e aos resíduos sólidos, entrando aqui também a educação, cultura e o desporto, onde se levaram a cabo iniciativas de índole cultural e desportiva em número superior ao do ano anterior, repetindo no entanto as de maior interesse.

Seguem-se as outras funções onde o maior valor se refere á amortização de empréstimos com 676.379,00 € e os juros com 415.194,00 €, cabendo o restante á transferência entre administrações, sendo exemplo disso, as transferências de capital para as Juntas de Freguesia, os subsídios de capital a Associações e Comissões Fabriqueiras e ainda as quotizações e despesas com as Associações de Municípios de que fazemos parte.

Por último, as funções gerais, dizem respeito aos serviços gerais da administração pública e que englobam as despesas com maquinaria, equipamento e mobiliário diverso e ainda as obras de requalificação do largo do Convento e protecção civil.

Há no entanto outros factos que devem aqui ser realçados, embora os mesmos por apresentarem valores individuais reduzidos não apareçam

discriminados. Destaca-se aqui a abertura da nova Biblioteca que tem registado uma enorme afluência, a Casa das Artes que tem actividades diárias como danças, música e ginástica. Ao nível da educação realçamos as actividades de enriquecimento curricular, como a música, a ginástica e o inglês, continuando com as férias desportivas em dois períodos do ano.

As sessões de cinema continuam a ter lugar todos os fim de semana na Casa da Cultura, tendo existido outros espectáculos ao ar livre no período de Verão.

Continuamos a apoiar e organizar o mais diversificado tipo de actividades desportivas e culturais, como a cedência ou aluguer de autocarros, encontros de anciãos, as festas em todo o Concelho com fornecimento de energia eléctrica e cedência de outros equipamentos.

Nas Piscinas quer nas cobertas quer nas descobertas, continua a registar-se uma grande afluência, por um lado os jovens com as aulas e por outro os mais idosos com sessões de hidroginástica, para além da população em geral que a frequenta em grande número.

Execução das Despesas nas Grandes Opções do Plano de 2009				
Código	Designação das rubricas	Valor do	% dentro	% em relação ao
Obj./Prog.		Investimento	Obj./Prog.	Total
1.	Funções Gerais	580.453,44	100,0%	7,04%
1.1.1.	Administração geral	450.028,50	77,53%	5,45%
1.2.1.	Protecção civil e luta contra incêndios	130.424,94	22,47%	1,58%
2.	Funções Sociais	3.033.098,40	100,0%	36,76%
2.1.1.	Ensino não superior	12.666,48	100,00%	0,15%
2.3.2.	Ação social	50.100,62	100,00%	0,61%
2.4.	Habitação e serviços colectivos	2.047.639,42	100,0%	24,82%
2.4.2.	Ordenamento do território	1.071.879,71	52,35%	12,99%
2.4.3.	Saneamento	4.497,26	0,22%	0,05%
2.4.4.	Abastecimento de água	123.177,67	6,02%	1,49%
2.4.5.	Resíduos sólidos	845.585,93	41,30%	10,25%
2.4.6.	Protecção do meio ambiente e conservação natureza	2.498,85	0,12%	0,03%
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	922.691,88	100,0%	11,18%
2.5.1.	Cultura	647.556,89	70,18%	7,85%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	228.330,99	24,75%	2,77%
2.5.3.	Outras actividades cívicas e religiosas	46.804,00	5,07%	0,57 €
3.	Funções económicas	3.194.570,66	100,0%	38,72%
3.2.	Indústria e energia	50.300,02	1,57%	0,61%

3.3.1.	Transportes rodoviários	2.993.807,41	93,72%	36,29%
3.3.2.	Transportes aéreos	5.321,99	0,17%	0,06%
3.4.1.	Mercados e Feiras	92.435,00	2,89%	1,12%
3.4.2.	Turismo	52.706,24	1,65%	0,64%
4.	Outras Funções	1.442.081,17	100,0%	17,48%
4.1.1.	Empréstimos	941.126,88	65,26%	11,41%
4.1.2.	Juros de Locação Financeira	3.613,42	0,25%	0,04%
4.2.	Transferência entre Administrações	413.616,09	28,68%	5,01%
4.3.	Diversas não especificadas	83.724,78	5,81%	1,01%
		8.250.203,67	100,0%	100,00%

Transferências e subsídios obtidos:

Há semelhança de anos anteriores, os Fundos Municipais representam a maior fatia no que diz respeito a este capítulo, no entanto deve ser também realçada a receita proveniente do INTERREG com 53.067,55 €; do LEADER (23.235,24€); dos contratos programa com o ICN (63.928,50 €) e principalmente III Quadro Comunitário de Apoio com 1.629.406,00 € e ainda os contratos programa para a construção da Biblioteca e Casa das Artes com 293.384,50 €.

Dívida do Município:

A dívida total do Município - curto médio e longo prazo evidenciada no Balanço é de 9.726.494,32 € e representa 67,54% da receita global anual. Deste valor, se considerarmos que 523.304,37 € dizem respeito a garantias e cauções prestadas em dinheiro e depositadas numa conta de operações de tesouraria, valor disponível em qualquer momento, podemos afirmar com rigor que a dívida total é de 9.203.189,95 €.

Podemos então constatar que a dívida de curto prazo, era no final de 2009 de 394.457,29 € a fornecedores conta-corrente; de 1.032.165,37 € a fornecedores de imobilizado, dos quais 316.957,34 € foram cedidos a empresas de factoring e 40.000,00 € á Comissão Fabriqueira de Mogadouro pela aquisição de 2 casas, perfazendo um total de 1.466.622,66 €, representando assim uma quebra acentuada em relação a 2008.

Relativamente à dívida de médio e longo prazo, concretamente aos empréstimos, registava no final do ano o valor de 7.616.274,27 €, o que representa também uma diminuição em relação ao ano anterior, isto apesar de se ter utilizado o valor de 557.950,62 € do empréstimo contratado já em 2008, ou seja mesmo utilizando este valor, a dívida diminuiu cerca de 124.000,00 €.

Deve no entanto ser aqui realçado que o valor das amortizações constante do mapa de empréstimos, é superior em 6.114,85 € em relação ao valor registado no mapa da execução orçamental da despesa (rubrica 10.06.03), porque dois dos empréstimos com juros bonificados e financiados tiveram amortizações extraordinárias de 1.139,32 € e 4.975,52 €, valor este correspondente ao financiamento antecipado por fecho do Quadro Comunitário de Apoio que o suportava e ainda de 0,01 € num empréstimo liquidado totalmente este ano, que aquando a entrada do euro em vigor foi considerada essa importância a mais como dívida.

Também a dívida com contratos de locação financeira, designadamente a relacionada com a aquisição das antigas instalações do B.P.S.M. era no final do ano de 2009 de 120.531,44 €, representando também uma quebra considerável.

Relativamente á capacidade de endividamento e de acordo com a nova Lei das Finanças Locais, o limite de endividamento líquido municipal em 31/12/2009 é de 125% sobre a soma do montante dos impostos municipais com as participações do município no Fundo de Equilíbrio Financeiro do ano anterior ou seja de 12.133.742,60 €. No entanto e de acordo com o estabelecido no art.º 39 da LFL, o montante da dívida com empréstimos de médio e longo prazo não pode exceder a soma das receitas atrás descritas (impostos municipais + FEF), ou seja 9.706.994,08 € estando excluídos desse limite, os empréstimos contraídos para obras financiadas pelos fundos comunitários bem como os contraídos para intempéries e que perfazem um total de 3.123.461,70€.

Assim, o endividamento líquido do Município em 31/12/2009, é de 10.108.548,31 €, de acordo com o mapa seguinte, calculado pela diferença entre os saldos, deduzida a importância da conta 27 (19.087.063,44 €), constatando-se que o limite não foi atingido.

Tendo em conta que em 31/12/2009, a dívida total com empréstimos de médio e longo prazo é de 7.616.274,27 €, se excluirmos o valor excepcionado (3.123.461,70€), verifica-se que apenas utilizamos 46,28% da capacidade de endividamento para os empréstimos de médio e longo prazo, ou seja longe do permitido por lei. Como se pode ver pelo mapa a seguir transcrito, temos uma margem para contratação de empréstimos de médio e longo prazo de 5.214.181,51 € e uma margem de 5.830.918,59 € no endividamento líquido resultando daqui uma capacidade superior á do ano anterior em cerca de 400.000,00€.

Perante o exposto, conclui-se que o Município de Mogadouro voltou em 2009 a cumprir com rigor a Lei das Finanças Locais ao não ultrapassar nenhum dos limites de endividamento permitidos por lei e a capacidade não é

maior porque não foram aqui considerados os valores correspondentes a financiamentos comunitários por receber o que a acontecer aumentaria a taxa de execução da receita e da despesa, que por sua vez aumentava a capacidade de endividamento se considerarmos que esse montante seria utilizado no pagamento da dívida a fornecedores.

Mapa do IV Trimestre de 2009 enviado à DGAL

(€)

CONTAS	Saldo devedor final do trimestre	Saldo credor final do trimestre
1 DISPONIBILIDADES	571.674,07	
11 Caixa	1.906,53	
12 Depósitos em instituições financeiras	569.767,54	
13 e 14 (...)		
15 Títulos negociáveis		
18 Outras aplicações de tesouraria		
2 TERCEIROS	102.847,55	29.195.611,75
21 Clientes, contribuintes e utentes	75.974,75	0,00
211 Clientes, c/c		
212 Contribuintes, c/c		
213 Utentes, c/c	52.152,63	
214 a 216 (...)		
217 Clientes e utentes c/ cauções		
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	23.822,12	
219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
22 Fornecedores	0,00	394.218,87
221 Fornecedores, c/c		394.218,87
222 a 227 (...)		
228 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
229 Adiantamentos a fornecedores		
23 Empréstimos obtidos		7.616.274,27
231 Em moeda nacional		7.616.274,27
2311 De curto prazo		0,00
23111 Empréstimos bancários		
23112 a 23119 (...)		
2312 De médio e longo prazo		7.616.274,27
23121 Empréstimos bancários		7.616.274,27
23123 Outros empréstimos obtidos		
24 Estado e outros entes públicos	26.872,80	3.894,45
25 Devedores e credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
251 Devedores pela execução do orçamento		
252 Credores pela execução do orçamento		
26 Outros devedores e credores	0,00	1.716.001,18
261 Fornecedores de imobilizado	0,00	1.647.016,87
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c		715.208,03
2612 a 2617 (...)		931.808,84
2618 Facturas em recepção e conferência		
2619 Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		
262 Pessoal		
263 Sindicatos		
264 Administração autárquica	0,00	0,00
2641 Associações de municípios		
2642 Municípios		
2643 Serviços municipalizados		

Relatório de Gestão – Município de Mogadouro

2644 Federações de municípios		
2645 Associações de freguesias		
2646 Freguesias		
2647 Empresas municipais e intermunicipais		
2648 e 2649 (...)		
265 e 266 (...)		
267 Consultores, assessores e intermediários		
268 Devedores e credores diversos		68.984,31
269 Adiantamentos por conta de vendas		
27 Acréscimos e diferimentos	0,00	19.465.222,98
271 Acréscimos de proveitos		
272 Custos diferidos		
273 Acréscimos de custos		378.159,54
274 Proveitos diferidos		19.087.063,44
2741 a 2744 (...)		
2745 Subsídios para investimentos*		19.087.063,44
2748 Diferenças de câmbio favoráveis		
2749 Outros proveitos diferidos*		
28 Empréstimos concedidos		
4 IMOBILIZAÇÕES	7.740,98	
41 Investimentos financeiros	7.740,98	
411 Partes de capital	7.740,98	
412 Obrigações e títulos de participação		
413 (...)		
415 Outras aplicações financeiras		
TOTAL	682.262,60	29.195.611,75
TOTAL CONSIDERADO PARA CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	682.262,60	10.108.548,31

4. APURAMENTO DA SITUAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO NO FINAL DO TRIMESTRE

(€)		
Designação	Montante	Observações
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00	(A) = Saldo credor conta 2311
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CAUSA		(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de Dezembro
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	7.616.274,27	(C) = Saldo credor conta 2312
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	9.426.285,71	(D) = Passivos - Activos da linha (A) do Quadro 2. Activos e passivos financeiros
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos*
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido*
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	3.123.461,70	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
DÍVIDAS À EDP 1988	0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	4.492.812,57	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)**
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	6.302.824,01	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)
Limites endividamento municipal (recapitulativo)		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	970.699,41	(K) = Campo (E) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	9.706.994,08	(L) = Campo (F) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	12.133.742,60	(M) = Campo (G) do Quadro 1
Situação face aos limites		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	Excesso	
	Margem	970.699,41
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	Excesso	
	Margem	5.214.181,51
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	Excesso	
	Margem	5.830.918,59

Transferências de Capital

Durante o ano de 2009 foram efectuadas transferências:

- Comissões Fabriqueiras - 13.329,76 €
- Centros sociais (inclui apoio habitacional) - 31.417,99 €
- Juntas de Freguesia - 227.713,06 €
- Bombeiros - 30.000,00 €
- Associações - 13.501,91 €

Modificações ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos

Durante a execução do orçamento, na sequência da ocorrência de situações de impossibilidade de realização de despesas ou de arrecadação de receita motivada por insuficiência de dotações, em consequência da morosidade na arrecadação de receita; inexistência de dotação, em consequência da sua imprevisibilidade na fase de preparação do orçamento; não inclusão de previsões de receitas (novas ou já existentes), com o objectivo de evitar a inviabilização da execução financeira da actividade autárquica, recorreu o Município à aplicação do mecanismo das modificações orçamentais (revisão orçamental ou alteração orçamental), consoante os casos, modificações estas, utilizadas no cumprimento das regras definidas pelo POCAL nos seus pontos 8.3.1 e 8.3.2.

Assim, durante o ano de 2009, foram operadas duas revisões ao Orçamento da Receita e 15 alterações e 3 revisões ao Orçamento da Despesa.

Foram também ao longo de 2009, operadas 13 alterações e 3 revisões ao Plano Plurianual de Investimentos e 12 alterações ao Plano de Actividades Municipais.

O Resultado líquido do exercício é negativo de 1.390.536,86 €, inferior em cerca de 700.000,00 € em relação ao ano de 2008, no entanto o Activo Bruto no final de 2009 é de 126.535.379,08 €, registando assim um incremento superior a 5.000.000,00 €. Se atendermos a que o valor das amortizações do exercício, fruto do registo dos bens antigos, foi superior aos 6.000.000,00 €, conclui-se que o resultado negativo resulta desse facto.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Decreto-Lei nº. 54-A/99 de 22 de Fevereiro no ponto 2.7.3, determina que os resultados negativos devem ser cobertos pelas reservas, se existentes, e na sua falta, devem transitar em conta.

Assim sendo, propõe-se que o resultado negativo 1.390.536,86€, transite em conta á semelhança dos resultados de anos anteriores.

Mogadouro, 17 de Março de 2010.